

CONTORNOS SINUOSOS DE JUSTIÇA ECOLÓGICA: O DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO RURAL DEMÉTRIA EM BOTUCATU/SP

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

 <https://orcid.org/0000-0002-0514-7568>

Julien Blanc²

 <https://orcid.org/0000-0002-8555-1930>

RESUMO

O artigo focaliza o crescimento do bairro Demétria, em Botucatu/SP, local de nascimento de uma importante iniciativa brasileira em favor da agricultura biodinâmica, braço da filosofia antroposófica. A análise se apoia na teoria das justificações, a partir da qual foi concebida a metodologia de pesquisa. Nesta ótica, a noção de justiça ecológica foi particularmente mobilizada. Com efeito, é possível considerar que as mudanças no bairro, com a instalação de muitos residentes e com grande conversão no uso do solo, enfraquecem a perspectiva de construção de um mundo justo e ecológico, com inspiração na antroposofia. Todavia, as forças de resistência local, diante de uma mutação desestruturante dos ideais fundadores do bairro, procuram inclusive difundir propostas assentadas em valores ecológicos para além das fronteiras do bairro, com êxito limitado.

Palavras-chave: Teoria das Justificações, Ruralidades, Agricultura Biodinâmica, Justiça Ecológica, Desenvolvimento Sustentável.

WINDING CONTOURS OF ECOLOGICAL JUSTICE: THE DEVELOPMENT OF THE RURAL DEMÉTRIA NEIGHBORHOOD IN BOTUCATU/SP

ABSTRACT

This article focuses on the growth of the Demetria neighborhood in Botucatu/SP, the place where a major Brazilian initiative of biodynamic agriculture, derived from anthroposophical philosophy emerged. The analysis is based on the theory of justifications from which the research methodology was defined. Under this perspective, the notion of ecological justice was specifically addressed. As a result, it is possible to consider that the changes in the neighborhood, with the arrival of many residents and major changes in land use, weaken the possibility of building an ecologically and equitable world inspired by anthroposophy. Even so, the forces of local resistance to change the structure based on the founding ideals of the neighborhood even seek to spread proposals based on ecological values beyond the neighborhood's borders, with limited success.

Keywords: Theory of Justifications, Rurality, Biodynamic Agriculture, Ecological Justice, Sustainable Development

CONTORNOS SINUOSOS DE LA JUSTICIA ECOLÓGICA: EL DESARROLLO DEL BARRIO RURAL DEMÉTRIA EN BOTUCATU/SP

RESUMEN

El artículo se enfoca en el crecimiento del barrio Demétria, en Botucatu/SP, lugar de nacimiento de una importante iniciativa brasileña a favor de la agricultura biodinámica, derivada de la filosofía

¹ Docente da área de ambiente e sociedade do Programa de Pós-Graduação Interunidade (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo, coordenador do Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas (Agremal). E-mail pmarques@usp.br.

² Antropólogo, maître de conférences - Département Hommes, Natures, Sociétés - Muséum National d'Histoire Naturelle (MNHN), Paris, France. E-mail julien.blanc@mnhn.fr.

antroposófica. El análisis se fundamenta en la teoría de las justificaciones a partir de la cual se delimitó la metodología de investigación. Bajo esta mirada, la noción de justicia ecológica fue específicamente abordada. Como resultado, es posible considerar que los cambios en el barrio, con la llegada de muchos residentes y con grandes cambios en el uso de suelo, debilitan la perspectiva de construcción de un mundo ecológicamente justo con inspiración en la antroposofía. Sin embargo, las fuerzas de resistencia local frente a una mutación disruptiva de los ideales fundadores del barrio buscan incluso difundir propuestas basadas en valores ecológicos más allá de las fronteras del barrio, con éxito limitado.

Palabras clave: Teoría de las justificaciones, ruralidad, agricultura biodinámica, justicia ecológica, desarrollo sostenible.

INTRODUÇÃO

Este artigo veicula uma análise³ das mudanças ocorridas desde os anos 1970 no bairro Demétria, em Botucatu, estado de São Paulo. Trata-se de um caso singular de implantação de uma experiência de agricultura biodinâmica a partir da dedicação de jovens pioneiros motivados pelos ensinamentos filosóficos de Rudolf Steiner (2011), pai da antroposofia. O ponto de partida deste empreendimento foi o desejo de forjar um exemplo de mundo melhor, recriando espaços produtivos com o objetivo de desenvolver um polo de fundamentação e divulgação da agricultura biodinâmica no Brasil. Com este horizonte, a intenção era tornar a Estância Demétria uma referência de convivência harmoniosa com proteção da natureza.

Ao longo do tempo, o bairro conheceu grandes alterações que se traduziram especialmente num enfraquecimento dos ideais antroposóficos em razão de tensões, adaptações e crescente permeabilidade com o mundo exterior, mesmo considerando importantes resistências diante das mudanças. Estas transformações são interpretadas neste artigo com apoio do quadro analítico oferecido pela sociologia das justificações (Boltanski, 1990; Boltanski; Thévenot, 1991). Esta última constitui uma abordagem das mais fecundas para a análise da ancoragem dos argumentos de atores implicados em ações ou debates públicos. Trata-se de identificar a base de construção de seus discursos considerando um repertório de referências para alcançar um mundo justo. Em outros termos, esta abordagem permite identificar composições (forjadas em negociações e embates) entre diferentes ordens de valores e orientações, encarnadas em práticas e modos de vida, que se refletem na constituição e transformação de um universo social. Na principal obra desta teoria, Boltanski e Thévenot (1991) definem seis grandes conjuntos de referências de ordenamento de um mundo justo que podem ser mobilizadas na formulação dos discursos de atores implicados em debates públicos. Estes conjuntos são caracterizados pelo seu alto grau interno de coerência, pela hierarquização de atributos e pelas prescrições de como edificar uma sociedade justa. Estes agregados de referências

³ O artigo é fruto de dois projetos de pesquisa que contaram com o apoio da FAPESP: “Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo: a reconstrução das relações urbano e rural em questão” e “Estratégias de legitimação e dinâmicas de apropriação de alternativas agrícolas: foco nas agriculturas biodinâmica e natural”.

de justiça são formados ao longo da história do Ocidente, tendo mais ou menos legitimidade em função do contexto sócio-histórico. Porém, Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991) insistem sobre a ideia segundo a qual a identificação destes seis agrupamentos não torna esta base teórica completamente acabada: novas composições de referências justas podem ocorrer em razão de mudanças sociais, o que leva à reflexão sobre valores e crenças pouco ou nada considerados no passado que passam a orientar ações e alimentar justificações na contemporaneidade.

É sob esta perspectiva que cresce o interesse pela questão da emergência de um regime ecológico de justiça no campo de debate sobre esta teoria. Tal propósito é muito pertinente e capaz de iluminar fenômenos sociais de maneira bastante instigante. O estudo aqui, de implantação de uma comunidade com objetivos de fortalecer e difundir a agricultura biodinâmica, pode ser interpretado a partir desta perspectiva de considerar a formatação em curso de referências ecológicas justas. Em outros termos, as orientações analíticas aqui apresentadas permitem salientar a plausibilidade de considerar o processo de transformação do bairro como paralelo à emergência de referências a uma justiça ecológica, cujos contornos são flexíveis e muito permeáveis a diferentes concepções de ordenamento de um mundo justo. Desta maneira, muitos elementos de justificação, por vezes contraditórios, se aglutinam neste âmbito, provocando, no bairro focalizado, a diluição da ordem justa específica, oriunda dos princípios antroposóficos.

A pesquisa se fundou em revisão bibliográfica e documental, além de realização de entrevistas com 40 residentes no bairro. Para estas últimas, foi concebido um roteiro de questões a fim de obter um perfil socioprofissional dos entrevistados, bem como tempo de moradia no bairro, motivações para suas escolhas, participação em atividades locais, relação com a agricultura praticada nas proximidades e perspectivas para o futuro. A seleção dos entrevistados levou particularmente em conta o local de moradia no bairro, permitindo contar com pelo menos um interlocutor de cada condomínio⁴ existente em 2015, e também da localidade vizinha de Roseira. A aplicação desta bateria de entrevistas ocorreu em julho de 2015, tendo sido completada com outras junto a responsáveis de projetos locais, em 2016. Enfim, a metodologia de pesquisa incluiu igualmente observação participante, principalmente em reuniões da Associação de Moradores e Amigos do bairro Demétria.

O artigo está estruturado em seis partes, além de introdução e conclusão. Na seção seguinte, é apresentado o referencial teórico mobilizado na pesquisa, a teoria das justificações, considerando particularmente a emergência de uma justiça ecológica. Em seguida, as análises se referem ao nascimento, crescimento e atratividade do bairro, cada um destes pontos tratado separadamente, tomando especialmente em conta a perspectiva dos pioneiros de construção de um mundo justo inspirado no pensamento antroposófico. O exame das tensões e contrastes atuais é desenvolvido na

⁴ Atiaia, Aldeia, Alvorada, Santa Rita, Verbena, Tarumã e Eucalipto.

seção posterior e, na última parte, são abordadas tentativas de propagar uma justiça ecológica moldada no bairro para além de suas fronteiras.

A PERTINÊNCIA EM CONSIDERAR REFERÊNCIAS DE JUSTIÇA ECOLÓGICA NO ÂMBITO DA TEORIA DAS JUSTIFICAÇÕES

Segundo Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991), a construção argumentativa de um discurso em espaço público revela uma diversidade de valores (ou princípios de justiça) que supõe uma forma de identidades compartilhadas em torno de ordenamentos sociais justos para a humanidade. O dispositivo teórico desenvolvido por estes autores permite então analisar processos de construção de universos sociais no seio dos quais interagem e argumentam uma multiplicidade de atores. Estes últimos estão impregnados de uma pluralidade de princípios distintos de justiça em razão da diversidade dos mundos sociais, dos modos de vida e das trajetórias que encarnam. Considerando os fundamentos e debates no âmbito desta teoria, cinco registros de justificação puderam ser identificados nas bases das argumentações dos atores considerados nesta pesquisa.

Assim, convém apresentar brevemente estes conjuntos de princípios de justiça, iniciando pela ordem justa, fundada em idealização religiosa, estética, filosófica, que inspira posturas insólitas, apaixonadas e orientadas pela busca de uma vocação espiritual. O ideal antroposófico corresponde a uma construção fundada sobre princípios inspirados de justiça.

Em seguida, o regime doméstico de justiça é edificado com valores e hierarquias familiares que, transferidos para a concepção de sociedade justa, orientam condutas públicas de defesa de uma causa ou de denúncia de uma injustiça. Se relações de dependências de tipo paternalista marcam este regime, é, por outro lado, possível realçar que valores ligados à tradição, ao local, à confiança e à proximidade podem ser inscritos nas referências de ordenamento de um mundo justo doméstico.

A ordem cívica de justiça se funda na perspectiva de constituição participativa das regras de convívio social. O desapego ao plano dos interesses particulares para abraçar àquele das causas públicas, favorecendo uma participação intensa e efetiva no debate político, permite alcançar uma posição superior de reconhecimento nesta ordem de justiça.

As ordens de justiça que oferecem justificações com muita legitimidade no âmbito do desenvolvimento capitalista são aquelas industrial e mercantil. Neste campo, trata-se de considerar um mundo justo aquele que possa, de um lado, corresponder ao funcionamento de uma máquina eficaz de produção e, de outro lado, permitir o crescimento máximo da riqueza material. Assim, os empreendedores que atingem níveis elevados de produtividade e os investidores que conseguem alta lucratividade e realizam grande consumo se situam no topo da hierarquia destas ordens de justiça.

Para os propósitos deste artigo, é essencial mencionar que, no debate sociológico sobre a teoria das justificações, uma “*cit*é” verde foi inicialmente proposta por Lafaye e Thevenot (1993).

Bruno Latour (1995) também levantou questões sobre sua conformação no modelo teórico em foco, considerando, em primeiro lugar, a integração crescente da ecologia nas preocupações da sociedade contemporânea. Para este último autor, tal justiça verde poderia ser tratada enquanto ecologização das relações humanas, ou seja, a natureza deixa de ser apenas “meio”, tornando-se simultaneamente “meio” e “fim”.

Mais recentemente, Van Dam e Nizet (2012) retomam esta reflexão fundada na perspectiva de considerar um ordenamento ecológico de mundo justo como referência para a construção de justificativas em debates públicos contemporâneos. Nesta linha de raciocínio, os autores propõem que este mundo justo ecológico se assenta em preocupações com as gerações futuras e com a preservação dos recursos, supondo um modo de vida capaz de evitar desperdícios ou ostentação.

Convém aqui destacar que a constatação da degradação acelerada do meio natural em razão das atividades humanas acentua preocupações ambientais na segunda metade do século XX. As Conferências da ONU em torno das questões ambientais são um reflexo deste fenômeno, a difusão da noção de desenvolvimento sustentável, constituindo um marco do debate socioambiental. Com efeito, uma das principais referências neste âmbito, Ignacy Sachs (1997), estimava, em sua avaliação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, que todas as referências ao crescimento econômico tinham sido substituídas pelo termo “desenvolvimento sustentável”, esvaziando assim seu sentido original. Como sugere Roberto José Moreira (2000), trata-se de uma proliferação de significados explicada por disputas de interesses divergentes que se encontram neste campo de produção de ideias. Entre estas perspectivas, os atores que defendem a indissociabilidade entre o desenvolvimento sustentável e o combate contra as desigualdades sociais propõem a noção de “cidadania ambiental” (Dobson, 2003).

Assim, a adoção de um discurso ambiental por parte de diferentes grupos sociais visando legitimar determinadas práticas contribui para a construção de “novos” problemas da esfera pública, tornando frequentemente “velhos” fenômenos como “ambientais”. Nas disputas de legitimidade entre diferentes atores sociais que ambientalizam seus discursos, como sugere Acselrad (2010), a noção de “justiça ambiental” emerge enquanto parte da construção histórica de direitos. Os movimentos sociais a mobilizam como meio para procurar alterar a configuração de poder em lutas socioambientais.

Neste quadro, ainda é oportuno insistir que a expansão de princípios justos associados ao zelo ambiental, enquadrando debates públicos, orientando justificações de ações e delimitando posturas aceitáveis, ocorre de maneira muito maleável, sendo susceptível de receber diversas influências e se reacomodar frequentemente. Com efeito, a teoria das justificações permite considerar este fenômeno a partir da multiplicidade de sentidos de justiça, oferecendo uma

profusão de preceitos para a construção de propósitos visando legitimar ações com visibilidade pública. Portanto, este artigo se inscreve neste debate sobre um referencial de justiça verde (Retière; Moruzzi Marques, 2019), discutindo as formas de sua construção e mobilização. Assim, este estudo visa analisar a evolução desta experiência muito particular do bairro Demétria, considerando as combinações de perspectivas e de justificações das ações de atores locais que se desenvolvem com um tom ecológico de justiça.

O NASCIMENTO DO BAIRRO RURAL DEMÉTRIA: O IDEAL DE CONSTRUIR O MELHOR DOS MUNDOS

O bairro Demétria é fruto de esforços no seio do movimento antroposófico⁵, ocorridos em razão de sonhos e encontros, em meados da década de 1970. Trata-se, em primeiro lugar, da iniciativa de dois dirigentes da filial brasileira de uma empresa suíça, a Giroflex⁶. Filhos de alemães de origem judia que imigram para o Brasil logo antes do início da Segunda Guerra Mundial, estes empresários foram criados no Brasil, recebendo uma educação antroposófica. Ambos mantiveram uma importante vivência no velho continente, para onde voltaram frequentemente enquanto jovens e adultos, viagens sempre vinculadas com a causa antroposófica. Em particular, um desses irmãos, Pedro Schimdt, engajou-se intensamente na construção do movimento antroposófico brasileiro (Schimdt, 2005). Em 1969, junto com sua esposa, este empresário fundou o primeiro centro de medicina antroposófica do Brasil, a Clínica Tobias. Também participou da implantação da primeira escola Waldorf do país (hoje a maior), em São Paulo (1955). Fundou ainda, com a esposa, a Fundação Beneficente Tobias (ABT), para apoiar financeiramente e legalmente vários tipos de atividades pautadas na filosofia de Rudolph Steiner, fundador da antroposofia.

Assim, em meados dos anos 1970, os irmãos planejaram transferir uma filial da Giroflex para o interior do estado de São Paulo. A este plano, foi acrescentada a ideia de adquirir uma fazenda para a finalidade de desenvolvimento da agricultura biodinâmica⁷ nos arredores da futura fábrica. Segundo Rocha Vieira (2011), ambos reviveram, então, um antigo sonho de poder novamente praticar o cultivo biodinâmico, já que na infância participaram da experiência em família de manejar a terra, com horticultura em particular. Ao mesmo tempo, era uma oportunidade

⁵ A antroposofia é uma doutrina filosófica mística, tendo como precursor Rudolf Steiner (1861-1925). Suas ideias constituem o alicerce da Sociedade Antroposófica, criada em 1913, com sede em Dornach, na Suíça.

⁶ Trata-se de empresa criada em 1952, que alcançou a liderança do segmento de produção de cadeiras e mobiliários para escritórios na América Latina, nas décadas 1980 e 1990. Hoje, encontra-se em estado falimentar.

⁷ A agricultura biodinâmica tem como principal fonte os escritos de Rudolf Steiner (2003), reunidos a partir de conferências proferidas, em 1924, para um público de agricultores. Steiner propõe um método agrícola capaz de estimular a vida do solo, com adubos vivos carregados de forças cósmicas e telúricas, obtidos a partir de preparações biodinâmicas. Nesta concepção, a atividade agrícola deve respeitar a natureza e proteger a humanidade graças à oferta de uma alimentação de qualidade obtida em paisagem diversificada.

de desenvolver uma das últimas vertentes práticas da antroposofia que ainda não estava implantada no Brasil.

Nesta perspectiva, dois jovens, também membros de famílias antroposóficas, nutrindo o sonho de praticar agricultura biodinâmica no país, foram convidados a contribuir com a iniciativa. Ambos estudaram juntos na escola Waldorf Rudolf Steiner de São Paulo e, igualmente, realizaram estudos sobre a agricultura biodinâmica na Europa. Assim, Marcos Bertalot Bay foi encarregado pelos irmãos empresários de encontrar terras ideais no interior de São Paulo para fomentar esse polo brasileiro de agricultura biodinâmica. A escolha recaiu sobre uma área localizada no município de Botucatu, cuja população não chegava a 65 mil habitantes nessa época. As razões desta escolha não são claras. Rocha Vieira (2011) menciona a existência de duas narrativas distintas, o único elemento comprovado, referindo-se à pobre fertilidade do solo. A primeira narrativa veicula a ideia segundo a qual se tratou de mostrar que a agricultura biodinâmica podia ser praticada em situações adversas, permitindo uma melhora considerável do solo. A outra apresenta a escolha como sendo associada ao clima da região, no alto da Cuesta Basáltica de Botucatu, relativamente parecido com o europeu, assim potencialmente mais adaptado ao desenvolvimento de uma forma de agricultura nascida em condições de clima temperado.

Seja como for, a Estância Demétria, com seus 130 hectares, foi adquirida através da Associação Beneficente Tobias (ABT), para a qual Pedro Schmidt legou 85% de suas ações da Giroflex. Retomando as concepções dos implicados, adquirir essas terras por meio da fundação permitiria “neutralizá-las” em relação ao mercado fundiário. Com outras palavras, tratava-se de retirá-las da condição de propriedade particular para não comprometer seu futuro como experiência agrícola biodinâmica em razão da especulação imobiliária ou de interesses divergentes de gerações posteriores de proprietários.

Com estes propósitos, a ABT e os dois jovens com suas respectivas esposas firmaram um contrato de comodato, acordo jurídico que permitiria o uso gratuito no longo prazo desta área. Além de disponibilizar as terras, a ABT forneceu toda a estrutura física, realizando os investimentos necessários para o início das atividades agrícolas no local, como a construção de casas e a aquisição de máquinas e ferramentas.

Depoimentos obtidos por Rocha Vieira (2011) salientam as dificuldades iniciais de cultivar em solo pobre, de se adaptar às novas condições de vida e de contar com recursos limitados no local. Outra adversidade enfrentada foi a falta de mercado para escoamento dos produtos. Na época, a agricultura biodinâmica era pouco conhecida, particularmente em Botucatu. Em meio a todos estes problemas, os esforços se orientaram para a recuperação da produção de leite que já existia, fornecendo o produto para um laticínio da cidade, o que era pouco rentável. Num segundo momento, o investimento se dirigiu para a produção de hortaliças a fim de destinar alimentos para a

Escola Waldorf de São Paulo, constituindo um público mais sensível às especificidades da produção biodinâmica. Com efeito, foram esses cultivos de verduras e legumes que realmente permitiram impulsionar a iniciativa, tornando junto com a produção de leite as atividades centrais da Estância Demétria.

Desta maneira, tratava-se de forjar um exemplo plausível de mundo melhor, recriando um espaço produtivo com objetivo de desenvolver um polo de fundamentação e divulgação da agricultura biodinâmica no Brasil. Com este horizonte, a intenção era tornar a Estância Demétria uma referência de convivência harmoniosa com proteção da natureza. Ou seja, havia o desejo de formar um modelo de produção limpa, de conservação do meio ambiente, de respeito ao ser humano, de educação de qualidade e de convívio agradável. Com esses sentidos, foram recuperadas áreas extensas graças aos plantios de árvores⁸, transformando, passo a passo, um ecossistema de pastagem degradada em ambiente acolhedor para a vida em geral.

Assim, os pioneiros estiveram dispostos a trabalhar duro em condições de vida modesta. Esses jovens compartilhavam uma visão do mundo, com racionalidades e valores pautados na filosofia antroposófica desenvolvida por Rudolph Steiner (2011). Eram estrangeiros, não somente a terras botucatuenses, mas também, para muitos, ao Brasil. Enquanto idealistas, dedicavam-se ao seu próprio conforto, porém atentos ao bem estar dos outros, seres vivos humanos e não humanos. Convém aqui ressaltar que o pensamento antroposófico se fundamenta sobre três princípios organizadores (“trimembração social”): a liberdade na vida espiritual; a igualdade no direito; e a fraternidade na vida econômica. Este tripé está articulado em torno do ato considerado essencial, de produção de alimentos, através de métodos biodinâmicos.

Oportuno neste ponto mencionar que, até os anos 1970, as ressonâncias das ideias em torno da trimembração restringiam-se ao espaço antroposófico alemão. Porém, a partir do fim da década de 1980 e início de 1990, estas ideias se internacionalizam para, nos anos 2000, influenciarem círculos do altermundialismo⁹ e do desenvolvimento sustentável. Tanto assim que Aurélie Choné (2016) aponta para similitudes flagrantes e proximidades evidentes nas ideias e nos termos veiculados nos documentos produzidos nestes círculos, mas sem menção à antroposofia. Estas vinculações permitem realçar a ideia segundo a qual os ideais antroposóficos nos alicerces da

⁸ Tal como ocorrido, graças ao projeto de recomposição florestal de áreas da Estância Demétria e vizinhanças (Bertalot; Harkaly, 1992).

⁹ Segundo Michael Löwy (2008), o movimento altermundialista constitui uma vasta nebulosa, concebendo-a como o “movimento dos movimentos”, que se torna visível por ocasião de Fóruns Sociais, regionais ou mundiais, e de grandes manifestações de protesto. Trata-se de grande rede descentralizada, múltipla, diversa e heterogênea, associando sindicatos de operários, movimentos camponeses, ONGs, organizações indígenas, coletivos de mulheres, associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas. Para o autor, esta pluralidade fornece uma grande força para sua expansão, fundada numa dimensão utópica representada pela proposta de “um outro mundo é possível”. Enfim, esta utopia se constrói com o compartilhamento de três valores essenciais ao altermundialismo: humanismo, democracia e diversidade.

implantação do bairro Demétria se coadunam com a construção mais ampla de referências de uma justiça ecológica.

Neste sentido, a Demétria se distingue dos bairros rurais paulistas, tal como descritos na literatura. De certo, trata-se também de uma unidade de base da socialização de famílias agrícolas enquanto lugar de pertencimento socioterritorial comum, construído a partir de relações de parentesco e vizinhança com atividades lúdicas e religiosas comunitárias, além de práticas diversas de colaboração mútua (Candido, 2017; Muller, 1966; Queiroz, 1973). Igualmente, o bairro rural Demétria pode ser visto como a expressão da identidade social de um grupo que transforma o meio natural sob referências de normas culturais relativas, por exemplo, à organização do trabalho ou aos tipos e técnicas de cultivo (Bombardi, 2004), bem como as dinâmicas coletivas produzem e atualizam o quadro não somente das atividades agrícolas, mas também daquelas religiosas e lúdicas, muitas vezes associadas à construção ou reparação de bens comuns, desempenhando o papel dos poderes públicos ausentes (Moreira; Hespagnol, 2008).

Entretanto, no bairro Demétria, não é uma cultura caipira que se desenvolve. Os agricultores e suas famílias não têm as mesmas origens, o catolicismo não é a religião dominante e, sobretudo, o núcleo desta colonização responde a um projeto claramente estabelecido, cujo enquadramento é muito forte. Este último se remete ao que Emilie Hache (2011) qualificou de “experimentação moral e política” proposta por diferentes movimentos socioambientais. Com efeito, a fundação da Estância Demétria é uma expressão da crítica de uma série de precursores da agroecologia (Sir Albert Howard, Hans Müller, Hans Peter Rusch, Masanobu Fukuoka, Mokiti Okada e, claro, Rudolf Steiner) não somente contra a modernização da agricultura, mas, mais amplamente, contra a modernidade (Besson, 2011). Com um modelo alternativo importado da Europa, a Demétria pode ser assim considerada como uma tentativa de resposta à crise ecológica, provocada por diferentes separações produzidas pela modernidade: o homem, ser de exceção por sua capacidade de distanciamento, perdeu sua espiritualidade e seu sentimento de pertencimento ao mundo (ou à natureza). Assim, perdeu igualmente sua humildade e seu senso de medida, presumindo-se detentor da natureza. O cientificismo apoiado por um reducionismo estreito se desdobra em lógicas de rentabilidade e produtividade que orientam as transformações sociais. Nesta ordem de ideias, o desenvolvimento da agricultura moderna, apoiada na agroquímica e orientada pela lucratividade, distancia cada dia mais os seres humanos de princípios que permitiam ligá-los à natureza e à espiritualidade.

CRESCIMENTO DO BAIRRO

Progressivamente, a Estância Demétria se torna um polo inovador atrativo. Todos os anos, mais colaboradores se vinculam à experiência, majoritariamente europeus, assim como estagiários e voluntários sazonais. Ao lado do trabalho árduo da terra, uma vida social se desenvolve. É assim, por exemplo, que algumas festividades e celebrações se tornaram parte do calendário de atividades do bairro Demétria em formação. Um grande baile de comemoração do Ano Novo, uma competição atlética no dia primeiro de janeiro, uma animada festa junina e um almoço de Páscoa constituíam momentos importantes de confraternização.

Pouco a pouco, já no início dos anos 1980, a Estância Demétria passa a contar também com assalariados. Casas eram disponibilizadas para suas famílias, sem diferenças com aquelas dos pioneiros. Desse modo, cada um dos trabalhadores podia também produzir para seu próprio sustento, além de prestar serviços para o estabelecimento.

Então, a questão da educação passa a exigir uma resposta mais consistente. De fato, logo na chegada dos primeiros colaboradores, há uma reflexão coletiva sobre a educação das crianças, bem como sobre o papel educativo que a Estância Demétria poderia ter em seus arredores. Com o crescimento do número de assalariados, em condições humildes de vida, esta dimensão se reforça ainda mais. Até que, em 1984, ocorre a fundação da escola Aitiara, que visava remediar justamente uma das maiores feridas brasileiras: a precariedade da educação. Segundo os depoimentos dos pioneiros, foi a vontade de contribuir com o país adotado e de fornecer uma educação de qualidade para seus próprios filhos (atingindo a idade escolar), bem como para os filhos dos trabalhadores locais e para crianças carentes dos bairros próximos, que impulsionou tal iniciativa. Novamente financiado pela ABT e construído em terreno da própria Estância Demétria, este estabelecimento escolar foi constituído sob responsabilidade jurídica da escola Rudolf Steiner de São Paulo, situação que se manteve por 15 anos.

Sua denominação inicial foi “Aitiara Escola do Campo”, com a intenção, segundo os termos da própria instituição, de “valorizar as atividades do campo e a relação de respeito para com a natureza”. Convém aqui observar que “escola do campo” se associa a uma reflexão (mais ampla, própria desta época de transição democrática) sobre uma pedagogia específica para educação em meio rural.¹⁰

¹⁰ A “educação do campo” constitui uma pauta dos movimentos sociais visando a construção de um ensino fundado em práxis da educação popular, especificamente para a realidade sociocultural do meio rural, considerando sua grande diversidade. Esta construção parte do pressuposto da marginalização política da população rural, especificamente das famílias dos agricultores e trabalhadores, sem acesso a direitos básicos enquanto cidadãos. Assim, a escola Aitiara respondia em certa medida a uma reivindicação mais geral do movimento pela educação do campo, muito inspirado pela obra de Paulo Freire (2015), com vistas à formação de indivíduos conscientes e livres.

A partir de meados dos anos 1980, o crescimento do bairro Demétria, graças à escola Aitiara, conhece uma aceleração que, progressivamente, vai alterar a essência do lugar. Estagiários decidem permanecer nas redondezas, novos funcionários se instalam no bairro, gradualmente o povoado cresce e as atividades se multiplicam.

De um lado, novas iniciativas emergem no interior do perímetro da Estância, como é o caso da escola Aitiara. Além desta última, ocorre a fundação do Espaço São Micael, voltado ao atendimento de crianças e jovens deficientes, que também é implantado fisicamente na Estância Demétria, graças, novamente, a concessões da proprietária da área, a Associação Beneficente Tobias.

Em outra vertente, ocorre a fundação do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBDR), em 1984, uma ONG com objetivo multiplicador, visando favorecer o crescimento da agricultura biodinâmica no país. A partir do IBDR, nascerá, mais tarde, em 1987, o Instituto Elo, tratando-se de um meio de oferta de curso fundamental em agricultura biodinâmica, bem como propondo outras formações designadas hoje como “Economia Associativa” e “Gestão Empreendedora Associativa”, ambas pautadas no conceito antropológico de “Trimembração do Organismo Social”.

No IBDR, em particular, podiam se encontrar experimentos agrícolas, com intuito de “aprender junto”. Com este aprendizado, o instituto cumpria sua missão de divulgar ideias e práticas da agricultura biodinâmica. O intuito era fomentar caminhos para valorizar essa concepção de agricultura para lhe dar visibilidade e reconhecimento, muito além das divisas da Estância Demétria. De fato, as energias locais se inseriam em redes mais amplas dedicadas ao desenvolvimento da chamada “agricultura alternativa”. Com a transformação da questão ambiental em problema global, esta última perdia pouco a pouco sua invisibilidade social e irrelevância na perspectiva da investigação científica (Brandenburg; Lamine; Darolt, 2013). Mais tarde, estes atores da Demétria participarão também da emergência legal da agricultura orgânica no Brasil (Georges; Blanc, 2013).

De outro lado, iniciou-se um processo de aquisição de terras e de implantação de moradias em torno da Estância Demétria. A primeira “ampliação” ocorre com o objetivo nítido de proteger as terras destinadas à agricultura biodinâmica de práticas nocivas ligadas às atividades agrícolas convencionais em fazendas vizinhas. Foi o caso da compra de uma grande área pertencente a um fazendeiro, cuja conduta era claramente contrária à concepção biodinâmica: desmatamento massivo e pulverização em grande escala de agrotóxicos (contaminando a água destinada à irrigação das hortaliças em cultivo biodinâmico). Por coincidência, este proprietário, estando endividado, decide vender sua fazenda. A partir desta oportunidade, os pioneiros se mobilizaram para levar uma proposta aos seus consumidores de hortaliças em São Paulo, vinculados à Escola Rudolf Steiner. A

ideia era adquirir estas terras, dividindo-as em lotes menores, viabilizando economicamente a participação destas famílias paulistanas na transação.

Assim, em 1984, formava-se o primeiro condomínio local com o propósito de servir de proteção à Estância Demétria.¹¹ Vinte e seis pessoas apoiaram a proposta de estabelecer o que será designado condomínio Atiaia, que foi dividido neste mesmo número de lotes, contando, cada um, com uma área para construção e, mais importante, com parcelas destinadas à proteção das terras agrícolas. Em seu estatuto, foram previstas regras condizentes com o intuito de viabilizar a Estância Demétria no longo prazo, como a proibição do uso de adubos ou defensivos agrícolas não-naturais e da prática de qualquer atividade poluidora da água ou do solo. O projeto conheceu tamanho êxito que, no mesmo ano, houve a formação de um segundo condomínio, tendo sido batizado de Aldeia.

Segundo depoimentos de um ex-morador, obtido por Rocha Vieira (2011), até o final da década de 1980, o bairro Demétria, com suas mais ou menos 70 famílias, era uma “comunidade agrícola” ligada à escola, com uma cultura bastante europeia, com muitos moradores estrangeiros. Portanto, tratava-se, na época, de um núcleo de colonização com poucas construções, na maioria simples, sem a morfologia aparente de condomínios, considerando a baixa densidade de casas, nenhuma com cerca, e com um ambiente já bastante arborizado. Observava-se pequenos lotes de terra cultivada ao lado dos plantios e dos pastos da Estância Demétria. Os moradores se encontravam ainda bastante isolados e longe das grandes cidades. O ritmo do cotidiano no decorrer do ano era ainda fortemente marcado pelo envolvimento nas atividades agrícolas da grande maioria dos residentes. Todos se conheciam e compartilhavam o convívio. A escola era frequentada por alunos residindo no bairro ou nas proximidades rurais.

De certo modo, estas características correspondem muito bem ao modelo de uma aldeia europeia, fortemente presente no imaginário biodinâmico e muito frequentemente representado nas publicações antroposóficas. A propósito, o termo “aldeia” foi escolhido para denominar um dos primeiros condomínios implantados no bairro Demétria, como mencionado acima.

A evolução que ocorre até aqui, da Estância ao bairro rural Demétria, não corrói o essencial da idealização comunitária inicial, fundada em justiça ecológica inspirada pela antroposofia. Tratou-se da “idade de ouro” do lugar, pois as práticas, valores e ideias que motivaram a iniciativa de implantação da Estância Demétria permitiram torná-la um polo de atração para um modo de vida local muito particular. Com efeito, a escolha de residir na localidade nesta época representava uma

¹¹ Convém assinalar que estes condomínios foram concebidos de forma muito distinta daqueles situados em grandes metrópoles (propagando-se por todo o país), muito bem caracterizados como “enclaves fortificados” por Tereza Caldeira (2000). Segundo esta autora, estes últimos, enquanto propriedade privada para uso coletivo, valorizam o privado em detrimento do público e aberto na cidade. Seus muros e grades os isolam e os orientam para o interior, rejeitando explicitamente o espaço e a vida pública. Estes enclaves são protegidos por guardas armados e sistemas de segurança, impondo regras rígidas para a inclusão e a exclusão, refletindo efetivamente as formas de segregação existente na sociedade brasileira contemporânea.

ruptura muito forte com o padrão de qualidade de vida predominante no Brasil moderno. Assim, aqueles que se instalavam no bairro Demétria reforçavam uma perspectiva de “comunidade” no sentido de um engajamento em projetos transformadores da sociedade brasileira. Deste modo, as experiências locais se ligam com algumas dinâmicas mais globais, tais como aquelas da “educação do campo” e da “agricultura alternativa”.

A ATRAÇÃO DE NEORRURAIS PARA O BAIRRO: EDUCAÇÃO ANTROPOSÓFICA E QUALIDADE ECOLÓGICA DE VIDA

Além dos dois primeiros condomínios, outros de segunda geração se implantam no bairro, com funções, sobretudo, residenciais, formados essencialmente por grupos de famílias que se unem para compra de terra. Este crescimento se explica pela atração cada vez maior de novos moradores pela escola, que passa a oferecer ensino fundamental completo.

De fato, os limites do bairro Demétria não são claros. Antes do início da experiência biodinâmica, muitas famílias agrícolas cultivavam pequenas parcelas nas proximidades, em localidade conhecida como Roseira. Cada vez mais, cresce a instalação de famílias nessa última, com vínculos estreitos com as dinâmicas do bairro Demétria, mas sem ter condições financeiras para adquirir imóvel em sua zona mais central, visto o preço hoje elevado do fundiário.

De toda forma, grandes transformações ocorreram com a constituição da escola como polo de atração de famílias procurando educação de qualidade para seus filhos, mas desvinculadas com o trabalho agrícola na Estância Demétria e, mesmo, com a história do bairro e com a antroposofia em geral. A própria mudança de nome da escola é reveladora: com a implantação do ensino médio em 2003, deixa de ser “escola do campo” para se tornar “Aitiara Escola Waldorf de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio”. Mesmo que a escola receba muitas crianças provenientes de famílias de agricultores do entorno graças a um sistema de bolsas, testemunhando uma vontade de integração social, a origem social prevalente de cerca de 340 alunos matriculados em 2017 era de famílias que podiam pagar um valor mensal elevado para a educação dos filhos.

Em outro plano, na década de 1990, ocorreu a divisão do IDBR em duas organizações. De um lado, o Instituto Biodinâmico (IBD) se especializa apenas nas atividades de certificação orgânica (que eram desenvolvidas desde o final da década de 1980, passando a demandar mais profissionalização). De outro lado, a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD) assume, principalmente, tarefas de pesquisa, junto com a missão de divulgação. O IBD se transfere para a cidade de Botucatu e a ABD permanece no bairro, ocupando uma área pertencente à ABT, como também era o caso do Instituto Elo, até início de 2019.

Efetivamente, a iniciativa de implantação deste polo de difusão da agricultura biodinâmica se orientava para o mundo exterior, mas, até o fim dos anos 1980, foi possível preservar certa

distância, o que permitia manter uma base filosófica relativamente consistente, mesmo considerando os quadros de atualização de valores nos círculos sociais locais em torno das práticas da vida cotidiana. O ideal de construção de um mundo melhor e de expandi-lo, irradiando ideias para muito além da Demétria, contendo as forças contraditórias e deletérias do exterior, permanecia em grande medida intacto.

Porém, nos anos 1990, a situação se modifica: as forças e valores do mundo exterior passam cada vez mais a impregnar o projeto Demétria. Os moradores desvinculados das organizações locais são cada vez mais numerosos. A especulação fundiária e as modalidades de financiamento das atividades do IBD e da ABD (inscritas em normas compartilhadas de lógicas mercantis) refletem as transformações em curso.

Efetivamente, estas mutações provocam novas tensões entre projetos muito diversos. Trata-se de um tipo de individualização de trajetórias de um coletivo cada vez maior e fraccionado, em paralelo à perda de força e de eficácia das dinâmicas de enquadramento em torno do projeto original.

TENSÕES E CONTRASTES CRESCENTES

Neste ponto, é oportuno examinar o perfil atual dos moradores do bairro. Em primeiro lugar, convém apresentar a origem, a formação e as atividades profissionais de um universo representativo deste conjunto. Entre os 66 residentes considerados (incluindo cônjuges dos entrevistados), prevalece o nascimento em grandes metrópoles (73%), notadamente na Região Metropolitana de São Paulo (32% dos casos). Mas mesmo aqueles cujos pais residiam em pequenas cidades ou em meio rural no seu nascimento migraram para a cidade grande, principalmente para a realização de estudo superior. A propósito, os moradores considerados nesta pesquisa apresentam uma alta escolaridade (80% com ensino superior).

O principal motivo dos entrevistados neste estudo para a escolha de moradia no bairro se refere à educação dos filhos em escola sob pedagogia Waldorf. Esta motivação é acompanhada de diferentes ideias com vistas a uma qualidade alternativa de vida. A tranquilidade e a segurança do bairro constituem um argumento recorrente, qualidades que são opostas à poluição, insegurança e stress da vida urbana.

Com efeito, a escolha de residir no bairro Demétria está bem sintetizada na ideia manifesta por um dos entrevistados, segundo a qual o bairro incorpora vantagens da cidade, preservando características do meio rural. De um lado, os neorrurais entrevistados mencionam a tranquilidade, a paisagem acolhedora, a proximidade com a natureza e o importante grau de confiança mútua como qualidades particulares da localidade. De outro lado, este afluxo de neorrurais favoreceu a

instalação de muitos empreendimentos locais, com uma multiplicação da oferta de bens e serviços (como restaurantes, lojas de alimentação, comércio de artesanato, jardinagem, construção e reformas de casas). Estas iniciativas geram um ambiente local dinâmico, impulsionado ainda pela organização de manifestações artística, por uma importante programação de eventos (lúdicos, religiosos, festivos) e por um movimento associativo relativamente ativo, voltado tanto à discussão dos problemas do bairro quanto a ações em favor do meio-ambiente ou da inserção social.

As motivações se associam igualmente ao acesso facilitado à alimentação saudável, orgânica. Assim, há uma importante preferência pelas compras dos alimentos que são produzidos localmente, muito particularmente no que se refere às hortaliças.

O crescimento de residentes com poucos vínculos com o projeto original da Estância Demétria é marcado por uma ocupação cada vez mais apenas residencial do lugar, com condomínios e casas cercadas (muitas com alto padrão), quintais gramados, muitos carros, equipamentos eletrônicos, internet e grande frequência de trabalho na cidade. A propósito, o exercício profissional no próprio bairro não alcança mais do que 48% dos casos. As mulheres são mais numerosas a exercer suas atividades profissionais no bairro Demétria (71%), que se relacionam principalmente com a escola Aitiara, mas também com serviços pessoais de diferentes tipos e com a confecção de artesanato. Os homens, por sua vez, mais frequentemente trabalham no exterior da localidade (72%). Desta forma, é dominante o padrão de famílias nucleares nas quais o homem possui sua ocupação principal na cidade (por vezes distante, permanecendo longe alguns dias) e a mulher trabalha ou cuida das crianças, predominantemente no próprio bairro, com segurança e conforto. O lugar também atrai muitos aposentados que, junto com aqueles que não exercem atividade profissional, representam 24% das situações.

Apesar das mudanças dos padrões iniciais, o bairro Demétria continua sendo um lugar onde a “natureza” ocupa um espaço importante, o que não é o caso da agricultura, cada vez menos presente na localidade. A atividade agrícola local conta, todavia, com uma defesa não negligenciável por parte de um coletivo de moradores.

Os objetivos de preservação da natureza estão inscritos nos estatutos da maior parte dos condomínios. Aquele que ilustra com traços mais fortes esta perspectiva é Santa Rita, batizado de Vila Ecológica: 40% de sua área é reservada para proteção ambiental e recuperação de fauna e flora, assim como 20% de cada lote. Desta forma, há notadamente no estatuto a proibição de cercar as casas para possibilitar a livre circulação da macrofauna.

Porém, a atratividade (“natural e social”) do bairro cobra um preço alto. A “neutralização” das terras em relação ao mercado imobiliário terminou, apesar de alguns defenderem ativamente esta concepção. De fato, a Associação Beneficente Tobias (ABT), proprietária da maior parte das terras do bairro, abandonou claramente este conceito. A propósito, esta propriedade foi transferida

da ABT para uma sociedade de participações imobiliárias, Hermes. Desta forma, as tensões se tornaram evidentes: em maio de 2017, a Associação Nascente, com projetos de restauração florestal no bairro, foi “convidada” a desocupar área onde se implantara em razão das novas estratégias “empresariais” de gestão deste patrimônio fundiário. Da mesma forma, outras duas ordens de desocupação de áreas pertencentes anteriormente à ABT foram endereçadas para os gestores do projeto Fênix de coleta seletiva de lixo e para o agricultor responsável da Estância Demétria, inicialmente com prazo para ocorrer em meados de 2017 e início de 2018, respectivamente. Outras ações explicitando estas mudanças de estratégia por parte de Hermes e ABT se relacionavam a embates com a ABD (em torno da propriedade do selo Deméter de certificação biodinâmica) e com o Instituto Elo (representados em disputa jurídica em razão dos compromissos previstos em contrato de comodato). Estes casos são reveladores de uma modificação radical de postura, com a incorporação profunda de princípios mercantis de justiça no seio de uma das principais associações antropológicas do país, da qual o bairro Demétria é bastante dependente.

Por outro lado, o crescimento do bairro acentua um fenômeno de segregação socioespacial. Em primeiro lugar, aumenta progressivamente o valor do fundiário, tornando a instalação no bairro cada vez mais restrita a famílias com poder aquisitivo elevado. Assim, muitos neorrurais entrevistados, notadamente aqueles que alugam suas casas, mencionam as importantes barreiras para a aquisição de terreno ou casa própria, apontando para o aumento da especulação imobiliária como uma das maiores ameaças para o bairro. Esta espiral de preços dos imóveis provocaria assim uma forma de elitização e um importante bloqueio para que famílias jovens possam residir no bairro Demétria.

As ameaças às características originais do bairro se associam igualmente a uma expansão urbana em sua direção, desde 2011, a partir, em particular, da implantação nas proximidades de importantes conjuntos habitacionais, que abrigam famílias com renda de até três salários mínimos, o que constitui o principal critério para ser beneficiado por programas públicos habitacionais. Além destes conjuntos de moradias populares, outros condomínios estão sendo instalados entre o bairro e a cidade de Botucatu. Essa dinâmica geral tende a integrar progressivamente o bairro Demétria no eixo de urbanização difuso do município.

A consequência mais evidente destas transformações sobre a essência do projeto inicial da Estância Demétria se encontra na agricultura. As dinâmicas recentes implicam o risco de seu desaparecimento. Claramente, a atividade agrícola perdeu sua centralidade no processo de desenvolvimento do bairro. Como ilustração deste fenômeno, convém mencionar a proposta de outra associação de índole antropológica, Cambará, proprietária do Sítio Bahia, no coração do

bairro Demétria, de implantação de projetos não agrícolas em suas terras¹², além da crescente tendência de destinação residencial dos lotes agrícolas dos condomínios.

Contrariando esta tendência, o nascimento no bairro da primeira experiência brasileira de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) aponta para perspectivas em boa medida inéditas de valorização da atividade agrícola, de forma a preservar a “agricultura familiar e diversificada, que produz alimentos frescos e saudáveis e ao mesmo tempo protege e cuida da natureza e da cultura”¹³. As motivações em torno da CSA, iniciativa de comercialização ecológica e solidária, nascida no meio antropológico, permitem pensar em princípios justos inspirados nos ideais da antroposofia, que se imbricam com valores associados à justiça doméstica, tais como a proximidade e o apreço com a família agricultora, constituindo elementos especialmente mobilizados nos momentos de superação de adversidades, como analisado por Flavia Torunski (2019).

Se a parte da CSA reunindo famílias do bairro é relativamente reduzida, com menos de 25 inscrições em 2017, não tendo muito peso na balança comercial da família agrícola envolvida¹⁴, a iniciativa ilustra uma vontade de defesa da agricultura local. Esta dimensão simbólica ganha com a CSA uma visibilidade nacional.

AS TENTATIVAS DE PROPAGAR UMA JUSTIÇA ECOLÓGICA PARA ALÉM DO BAIRRO DEMÉTRIA

Em meio a estas múltiplas tensões ligadas às transformações do bairro, a participação de seus moradores em instâncias públicas de debate e de tomada de decisão carrega fortemente as bandeiras idealistas inspiradas na antroposofia que animaram a implantação desta experiência, visando um desenvolvimento comunitário rural. Portanto, o bairro Demétria se transforma profundamente, mas as ideias que são difundidas nestes fóruns de debate permanecem, em boa medida, ancoradas na justiça ecológica de “ideal de mundo melhor”, sob inspiração antroposófica.

Duas importantes frentes de discussão sobre o desenvolvimento do bairro permitem sustentar esta interpretação: o processo de regulamentação da Área de Proteção Ambiental (APA)

¹² A venda de lotes com fins residenciais por esta associação é justificada pelo seu interesse em adquirir terras e um laticínio localizados nas proximidades do bairro Demétria. De toda maneira, a centralidade desta associação deixou de ser a atividade agrícola. Assim, além de loteamentos residências, o projeto de valorização das terras do Sítio Bahia previa a construção de um centro de formação de professores de escolas Waldorf e o arrendamento de área destinada à implantação de uma unidade de reciclagem para a coleta seletiva realizada no bairro, além da intenção de converter as instalações do laticínio em centro cultural.

¹³ Consultar o site <http://www.csabrasil.org/csa/>

¹⁴ De fato, a família agrícola em questão mobiliza grande leque de canais de comercialização, com uma importante diversidade de itens produzidos, gerando uma alta complexidade em termos de organização da produção (planejamento, rotações culturais) e de gestão dos pedidos. Para responder a uma logística complexa, a organização do trabalho é baseada numa alta especialização funcional dos trabalhadores familiares, visto que 9 entre 10 destes últimos são oriundos da mesma família, respondendo a um padrão elevado de profissionalismo. Por outro lado, o fato desta família não poder residir no bairro e arrendar as terras que cultiva é revelador da marginalização dos agricultores no atual bairro Demétria.

de Botucatu e a elaboração e revisão do Plano Diretor do município. Estas instâncias participativas existem, convém destacar, graças a um processo de transição democrática no Brasil que favoreceu a emergência de instituições híbridas (Avritzer; Pereira, 2005), com a participação de representantes da sociedade civil organizada no debate e deliberação da ação pública.

No caso da regulamentação da APA, perímetro Botucatu, o processo teve início em 2004, mais de 20 anos após sua criação pelo Decreto Estadual nº 20.960/1983, assinado pelo então governador André Franco Montoro. Tratou-se da primeira Área de Proteção Ambiental do estado de São Paulo, composta por três perímetros (Corumbataí, Botucatu e Tejupá), abrangendo um território total de 649.828 ha.

Efetivamente, foram, sobretudo, organizações não governamentais com vocação ambientalista que se mobilizaram para a reabertura deste processo de regulamentação em 2004, com importante participação daquelas situadas no bairro Demétria. Desta forma, ocorreu em 2005 a formação de Conselhos Gestores para os três perímetros da APA, com objetivo de promover o gerenciamento participativo e integrado destas áreas, bem como implementar as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Estes conselhos tiveram como maior objetivo a elaboração do plano de manejo da APA, definido no SNUC como documento essencial para assegurar uma gestão capaz de cumprir os objetivos gerais das unidades de conservação, a partir do estabelecimento de zoneamento e normas. Segundo os termos do SNUC, é obrigatória a elaboração do plano de manejo da UC em prazo de cinco anos a partir da data de sua criação, o que está longe de ser o caso das Áreas de Proteção Ambiental no estado de São Paulo.

Entraves burocráticos provocaram atraso considerável para sua confecção na APA Botucatu, mesmo depois da instalação de seu conselho gestor. De todo modo, a partir de um Termo de Referência (TR) para contratação de serviços especializados, a elaboração do plano de manejo foi realizada pela Casa da Floresta Assessoria Ambiental LTDA, sob a supervisão da Fundação Florestal e do Conselho Gestor, procurando assegurar uma elaboração integrada e participativa.

Considerada como tendo um padrão inovador de planejamento participativo de gestão de unidades de conservação, este plano foi concluído em abril de 2011. Útil aqui mencionar que esta participação, de fato contando com esforços importantes para ser relativamente abrangente, está longe de atingir parcelas expressivas da população local.

Seja como for, os participantes do processo de elaboração do Plano de Manejo desta APA conceberam, no que se refere à atividade agrícola, inovações importantes com vistas a uma “produção sustentável”, com marcas da experiência de fomento da agricultura biodinâmica no bairro Demétria. É assim que, nas diretrizes gerais de seu zoneamento, foi prevista para todas as zonas da APA Botucatu a proibição de cultivos transgênicos, exceto para pesquisa controlada.

Neste sentido, é igualmente preconizada a adoção de práticas sustentáveis de produção agropecuária, em particular aquelas orgânicas. O plano de manejo prevê também muitas restrições para o uso de agrotóxicos. Dentre as zonas definidas, aquela de Conservação do Patrimônio Natural (ZCPN) é a mais restritiva. As Zonas de Conservação dos Mananciais (ZCM) e a de Conservação Hídrica 1 (ZCH1) e 2 (ZCH2) permitem apenas a utilização de agrotóxicos de baixa toxicidade e pouco perigosos, concedendo prazo de 2 e 3 anos respectivamente para adequação das atividades pré-existentes.

Desta forma, este plano de manejo é considerado uma vitória para ambientalistas e defensores de uma agricultura de base ecológica. No entanto, sua tramitação, desde 2011, para torná-lo legal sofre profundos bloqueios, o que transforma este sabor de triunfo em decepção. Apenas em fevereiro de 2014, o documento foi aprovado pelo CONSEMA, o conselho estadual de meio-ambiente, com a exclusão das restrições ao uso de agrotóxicos e cultivos OGMs, o que foi considerado como uma mutilação lamentável do plano pelos representantes dos movimentos ambientalistas. Em resposta, a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica encabeçou organizações da sociedade civil para pressionar o governo estadual a confirmar a “APA Botucatu livre de transgênicos e agrotóxicos”. Após a aprovação deste plano de manejo desfigurado no âmbito do CONSEMA, houve ainda um bloqueio de seu conselho gestor, cujos conselheiros deixaram de ser nomeados desde então.

Em relação à elaboração do Plano Diretor de Botucatu, tratou-se de um processo que permitiu importante mobilização social em torno da gestão pública municipal 2005-2008. Aqui cabe lembrar que o Plano Diretor é uma exigência da Constituição de 1988 para municípios com mais de 20.000 habitantes, tratando-se do instrumento básico para a política de desenvolvimento urbano. Com perspectiva democratizante, este plano é concebido como meio para engendrar um processo participativo para orientar o desenvolvimento municipal, integrando principalmente aqueles que estavam excluídos dos processos de gestão, planejamento e tomada de decisão (Guimarães, 1997).

Em Botucatu, é uma administração municipal do Partido dos Trabalhadores que lança o processo de elaboração participativa do Plano Diretor (PD). Muitas organizações do bairro Demétria estiveram representadas em diferentes comissões temáticas concebidas para tal fim. Em 6 de junho de 2007, a Lei Complementar nº 483, dispondo sobre o Plano Diretor Participativo e Integrado do município de Botucatu é sancionada.

Neste caso igualmente, ideias inovadoras nascidas ou defendidas no bairro Demétria são inscritas nesta lei de orientação do desenvolvimento municipal. Quanto à agricultura, o PD prevê uma política específica relacionada aos organismos geneticamente modificados. Seu artigo 91 apresenta, como diretriz, a realização de um fórum sobre transgênicos, tornando proibidos, até sua efetivação, o plantio, a estocagem e a comercialização de sementes e mudas de quaisquer espécies

geneticamente modificadas em Botucatu. Apenas pesquisa mediante licença da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) seria permitida. Após a realização de tal fórum, uma consulta popular foi prescrita, a fim de referendar a proibição ou liberação do plantio e comercialização de transgênicos no município.

Os representantes do bairro também tiveram influência não negligenciável sobre a concepção do zoneamento do município, em particular no que se refere à Macrozona de Uso Rururbano (MUR) e, mais especificamente, às áreas com restrições, pela fragilidade do meio natural ou pela ausência de infraestrutura próxima, onde seria permitido o parcelamento apenas de lotes mínimos de 4.000 m² (quatro mil metros quadrados). Na MUR, também foram previstas Zonas Especiais de Interesse Socioambiental (ZEISA), ou seja, “bairros constituídos de chácaras, localizados em zona urbana ou rural, apresentando uso misto residencial de baixa densidade, comercial, de serviços, institucional e agrícola, com características semi-rurais, visando à conservação ambiental mediante padrões de ocupação de baixo impacto, como a produção agroecológica”, o que corresponde em grande medida à concepção de justiça socioambiental que orientou os esforços iniciais para a implantação do bairro Demétria.

O plano prevê sua revisão a cada quatro anos. Em maio de 2015, uma proposta de revisão apresentada pelo executivo municipal mobilizou muitos daqueles que participaram da elaboração do Plano Diretor de 2007. Mas agora o que estimula esta participação é, sobretudo, o receio de que a orientação deste último, visando “o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar de seus habitantes e democratizar o acesso a bens e serviços” (Botucatu, 2007), seja corrompida.

Efetivamente, a Macrozona de Uso Rururbano e a Zona Especial de Interesse Socioambiental, especialmente associadas ao desenvolvimento do bairro Demétria, deixaram de existir na nova proposta de zoneamento. Por outro lado, o território do município passível de adensamento urbano se tornou muito mais abrangente na revisão concebida pela administração municipal. Quanto às restrições aos cultivos transgênicos, o novo texto deixou de mencionar os Organismos Geneticamente Modificados.

Em reação a esta mutilação do Plano Diretor de 2007, uma importante mobilização no bairro efervesceu os fóruns de discussão sobre esta revisão, em particular as audiências públicas da Câmara de Vereadores. O propósito foi defender pontos considerados “inegociáveis”. Os documentos do executivo municipal divulgados sugeriram que sua intenção era aprovar a revisão do Plano Diretor antes do fim de 2015. No entanto, as mobilizações contrárias às mudanças levaram ao adiamento do processo, que teve continuidade em 2016, mas foi interrompido três meses antes das eleições municipais.

CONCLUSÕES

A hipótese da emergência de uma ordem ecológica de justiça no âmbito da teoria das justificações permite abordar de forma bastante instigante as transformações ocorridas em bairro nascido a partir de um ideal de mundo justo, inspirado na antroposofia. Este ideal ofereceu energias para um forte engajamento, com muitas dificuldades, para jovens pioneiros implantarem um foco de irradiação no Brasil da agricultura biodinâmica. Esta implantação foi acompanhada de preocupações muito além daquelas em torno da produção agrícola, implicando cuidados importantes com formas de convívio humano e com elementos não humanos.

Este projeto antroposófico pode ser considerado como uma experiência de “moralização da economia e política” (Hache, 2011) visando responder à crise ecológica. Com efeito, seus princípios para alcançar um mundo justo inspirado na antroposofia cruzam outros ordens de justiça que se situam nas fronteiras de uma perspectiva ecológica para ordenamento de uma sociedade justa.

Como todo bairro rural paulista, o bairro Demétria se inscreve num movimento de transformação, penetrada pela modernidade (mesmo se no início fosse bastante criticada) e afetada por diferentes fenômenos de recomposição social. Apesar de suas particularidades em relação ao bairro rural “caipira” (Cândido, 2017), o caso em estudo também é teatro de processos de diferenciação social, de evolução de modos de socialização e dos regimes de solidariedades (Bombardi, 2004), inclusive no que se refere à maneira pela qual a natureza é convocada nas dinâmicas humanas.

Neste quadro, o crescimento do bairro – inicialmente fruto da intenção de proteger a agricultura biodinâmica – provoca gradualmente fortes tensões entre visões sobre o que seria justo para esta localidade. Desta forma, os rumos de seu desenvolvimento se afastam progressivamente do modelo idealizado de justiça inspirado na filosofia antroposófica. A ideia de “neutralizar” porções de terra para assegurar a perenidade da agricultura local, preservando-as da especulação mercantil, perdeu terreno ao longo do tempo. Nos dias de hoje, a perspectiva de venda de terras agrícolas (sobretudo para a implantação de novos loteamentos e condomínios) com vistas a resolver problemas financeiros de associações antroposóficas é mencionada frequentemente nos debates locais sobre o futuro do bairro Demétria, causando efetivamente muita contrariedade. De fato, a atividade agrícola do bairro e as organizações que apoiam e difundem a agricultura biodinâmica estão ameaçadas. A escola implantada sob pedagogia Waldorf atraiu muitas famílias de professores e alunos, o que representou uma forte pressão sobre os recursos fundiários.

Efetivamente, as interações sociais crescentes para além do bairro provocaram adaptações com diferentes contornos das iniciativas locais, tal como nos casos do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, da Escola do Campo Aitiara, da Associação Cambará ou dos condomínios.

Estas evoluções implicam deslocamentos da ancoragem justificativa com a qual se desenvolvem tais diferentes iniciativas. De fato, os contornos elásticos de um mundo justo ecológico permitem sua acomodação com absorção de valores situados em ordens de justiça diversas. Para exemplificar, a agricultura local que melhor resiste incorporou elevado padrão de eficácia, podendo se justificar com argumentos enraizados em justiça industrial. Por outro lado, seus apoios, particularmente aqueles provenientes da CSA, são sobretudo justificados por princípios de uma justiça doméstica, na medida em que se fundam em valores de confiança e proximidade. Portanto, esta agricultura local se legitima com argumentos ecológicos que se nutrem de uma combinação de referências justas industriais e domésticas, tudo contribuindo com transformações em termos das perspectivas iniciais inspiradas na antroposofia.

De todo modo, a defesa da causa ecológica para além dos limites da Demétria está impregnada por ideais inspirados na antroposofia, mesmo com todas as transformações do bairro. Princípios cívicos de um mundo justo alimentam também, aqui, esta perspectiva ecológica, na medida em que são nas instâncias participativas de tomada de decisão que se deve construir a legitimidade dos propósitos de conservação ambiental e de agricultura limpa. Nesta ótica, a regulamentação da Área de Proteção Ambiental de Botucatu e a elaboração e revisão do Plano Diretor municipal se forjaram com prescrições para um desenvolvimento local mais ecológico, conhecendo, todavia, grandes bloqueios.

Enfim, as mudanças em curso tendem a ampliar a segregação social, não só com a marginalização da população local mais desfavorecida, mas também da classe média, com uma elitização econômica progressiva. Nesta direção de se tornar um refúgio para ricos, o acesso restrito à qualidade de vida do bairro Demétria concorre para a continuidade da reprodução das fortes desigualdades sociais do país. No entanto, atores locais procuram de maneira diversa e, por vezes, muito pragmática estabelecer novas vias para a perspectiva de se alcançar bem-estar e justiça para todos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, nº 68, 2020, p. 103-119.
- AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, Participação e Instituições Híbridas. *Teoria & Sociedade*, número especial, Belo Horizonte, 2005, p. 16-41.
- BERTALOT, Maria José Alves; HARKALY, Alexandre. Projeto de recomposição florestal de áreas da Estância Demétria e vizinhanças. *Revista do Instituto Florestal*, v. 4, nº 3, 1992, p. 695-701
- BESSON, Yvan. *Les fondateurs de l'agriculture biologique*: Albert Howard, Rudolf Steiner, Maria & Hans Müller, Hans Peter Rusch, Masanobu Fukuoka. Paris: Sang de la terre, 2011.

- BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris: Gallimard, 1990.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification*. Les économies de la grandeur, Paris: Gallimard, 1991.
- BOMBARDI, Larissa Mies. O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. *Agrária* (São Paulo. Online), nº 1, 2004, p. 55-95.
- BOTUCATU. Prefeitura municipal. *Lei complementar nº 483*, de 06 de junho de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Integrado do município de Botucatu e dá outras providências. Disponível em: < <http://leismunicipa.is/junmb> < <http://leismunicipa.is/junmb> >. Último acesso em 17 de fevereiro de 2021.
- BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. *Estudos, Sociedade Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, 2013, p. 221-247.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Edusp, 2017.
- CHONÉ, Aurélie. La triarticulation de l'anthroposophie à l'altermondialisme: pensées sociales en résonance. *Recherches germaniques*, nº 11, Strasbourg: Presses Universitaires, 2016.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DOBSON, A. *Citizenship and the Environment*, Oxford: Oxford University Press, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GEORGES, Isabelle; BLANC, Julien. L'émergence de l'agriculture biologique au Brésil: une aubaine pour l'agriculture familiale? Le cas de producteurs de la ceinture verte de la ville de São Paulo. *Autrepart*, v. 64, nº 1, 2013, p. 121-137.
- GUIMARÃES, Gonçalo. *Uma cidade para todos: o Plano Diretor do município de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997.
- HACHE, Émilie. *Ce à quoi nous tenons: propositions pour une écologie pragmatique*. Paris: La découverte, 2011.
- LAFAYE, Claudette; THEVENOT, Laurent. Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement et la nature. *Revue française de sociologie*. v. 34, nº 4, 1993, p. 495-524.
- LATOUR, Bruno. Moderniser ou écologiser. A la recherche de la septième cité. *Ecologie politique*, nº 13, 1995, p. 5-27.
- LÖWY, Michael. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. *Lutas Sociais*, nº 19/20, 2008, p. 32-38.
- MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar e o rural: os bairros rurais no município de Presidente Prudente. *Formação (Online)*, v. 1, nº 14, 2007.
- MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução verde. *Estudos sociedade e agricultura*, nº 15, 2000, p. 39-52.
- MULLER, Nice Lecocq. Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 43, 1966, p. 83-130.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

- RETIERE, Morgane; MARQUES MORUZZI, Paulo Eduardo. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 57 nº 3 2019, p. 490-503. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032019000300490&lng=en&nrm=iso. Último acesso em 10 de agosto de 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.184109>.
- SACHS, Ignacy. *L'écodéveloppement*. Paris: Syros/Alternatives économiques, 1997.
- SCHMIDT, Pedro. *Do ideal ao real: um caminho de vida*. São Paulo: Editora Antroposófica, 2005.
- STEINER, Rudolf. *Le cours aux agriculteurs*. Montesson: Editions Novalis, 2003.
- STEINER, Rudolf. *Ecologie spirituelle*. Lausanne: Payot, 2011.
- TORUNSKY, Flavia. *Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso da CSA São Carlos/SP*. Piracicaba/SP, 138f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em <https://teses.usp.br/doi:10.11606/D.91.2019.tde-03052019-181241>.
- VAN DAM, Denise; NIZET, Jean. Les agriculteurs bio deviennent-ils moins bio?, in VAN DAM, Denise; STASSART, Pierre; NIZET, Jean; STREITH Michel. *Agroécologie: entre pratiques et sciences sociales*. Dijon: Educagri, 2012.
- VIEIRA, Maria Carolina Silva Rocha. *Eu moro, eu sou, Bairro Demétria: construção de uma comunidade antroposófica*. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo. Bauru: UNESP, 2011.